

Quando a Internet (in)tranquiliza

HERMÍNIA MARQUES

Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil – Escola E.B.2,3/Secundária de Baião
biblioteca.ebsbaiao@sapo.pt

JOSÉ LAGARTO

Faculdade de Ciências Humanas e Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano, Universidade Católica Portuguesa
jlagarto@ucp.pt

Resumo:

Nascidos num mundo globalizado, imersos em tecnologia e rodeados de ecrãs, possuirão as crianças e jovens actuais uma apetência “natural” para teclar? Mergulham em redes sociais, em interações e partilhas digitais, mas terão competências técnicas assim tão diferentes dos “imigrantes digitais”?

Diversas são as questões que podem ser levantadas quando olhamos para as crianças e jovens que pululam nas nossas escolas. A evolução acelerada dos *media* e o papel relevante assumido pela Internet acarretam repercussões para a educação e formação. A Escola do século XXI foi invadida por um conjunto de novos aprendentes e às suas bibliotecas chega um público heterogéneo que é preciso conhecer.

Não será importante sabermos em que medida fenómenos como a infoexclusão afectam os estudantes da Escola onde trabalhamos? Ou então compreendermos os medos que associam à Internet? E que fontes de saber intervêm na aprendizagem da Internet? Ou ainda percebermos quais são as suas percepções sobre a capacidade de utilização da Internet, direitos de autor ou o tipo de mediação parental que consideram estar sujeitos?

A partir de um estudo de caso, realizado numa escola do concelho mais interior do distrito do Porto, procurou-se conhecer quais as percepções dos alunos sobre as práticas, potencialidades, medos e riscos associados à Internet. Questionaram-se crianças e jovens que iniciavam o ensino básico (5º e 7º anos) e Secundário. Analisaram-se dados. Apresentam-se alguns resultados. Partindo de uma breve panorâmica sobre a investigação realizada, o presente artigo é apenas um ponto de partida para um trabalho mais aprofundado no desenvolvimento de competências na área das literacias digitais.

Palavras-chave:

Internet, info-inclusão, risco online, mediação parental, direitos de autor

Abrir as portas à investigação

Se deixarmos o nosso olhar percorrer o passado da humanidade, verificaremos que cada período histórico abrange um conjunto de novidades e transformações com reflexos na vida humana. O tempo presente não é excepção. Basta pensarmos na evolução acelerada das tecnologias da informação e nas alterações ocorridas na forma como as pessoas comunicam entre si. A evidência destas mudanças levou Bill Gates (1995) a usar a expressão “revolução das comunicações”, atribuindo ao computador pessoal o motor dessas mutações. Como refere Roberts (2007), se os aviões tivessem evoluído à velocidade de processamento dos computadores, actualmente um voo entre Londres e Nova Iorque demoraria menos de cinco minutos, tendo um custo de poucos centimos.

Ao ligar em rede milhões de pessoas, a Internet tem tido uma quota-parte de responsabilidade na globalização cultural, derrubando barreiras geográficas e culturais, facilitando a democratização do saber, uniformizando costumes, gostos e produtos. Por isso, a inclusão digital tem estado bastante presente no discurso político. Já em 1996, o Conselho de Ministros português referia a “postura activa e atenta” que o Estado deve manter no desenvolvimento da Sociedade da Informação, nomeadamente regulando o seu acesso “contra a exclusão informativa” (Resolução nº 16/96). A verdade é que nem todos têm igual acesso à Internet. Como refere Cátia Candeias no seu estudo sobre “Crianças e Internet” (2008), no presente, a inclusão social e a integração no grupo de pares passa também pelo mundo online. Por isso, é fulcral percebermos qual a função que a Internet desempenha no seio de uma comunidade educativa, procurando compreender quais as práticas e percepções que gera, o modo como influencia a socialização e o lazer, a educação e a comunicação, o acesso à informação e ao conhecimento.

Contrariamente a outras inovações surgidas no século passado, a utilização deste *media* é, de uma forma geral, considerada como sendo fácil e apetecível para as gerações mais novas. Cada vez é maior o número de crianças e jovens que acedem mais cedo à Internet, quer seja através do computador ou de dispositivos móveis como o telemóvel e a consola de jogos.

Porém, a (r)evolução tecnológica e o aumento da utilização dos *media* por parte das crianças e jovens levantam preocupações nos adultos em redor dos riscos que lhes estão inerentes. No caso da Internet, deparamo-nos com dois modos de actuação a serem privilegiados pelas famílias, Escola e até pelo poder político:

- uma mais centrada nos comportamentos censuratórios e de fiscalização da navegação, com a aplicação de programas de bloqueio do acesso a determinados conteúdos ou estipulando-se regras de utilização/proibição do seu uso;
- a outra defende uma educação para as literacias digitais e para o desenvolvimento de competências na utilização crítica, segura e responsável dos *media*, ensinando “os mais jovens a lidar com esse novo mundo, evitando as suas ameaças, mas também aproveitando da melhor forma as suas oportunidades” (Monteiro, 2007: 2020).

Não podemos escamotear a existência de riscos na utilização da Internet, mas trata-se de problemas sociais que se manifestam nas tecnologias utilizadas pelo ser humano, não sendo produto específico desses meios. Ponte e Vieira (2007: 2739) destacam a relação directa existente entre risco e oportunidade, pois “aumentar as oportunidades, aumenta os riscos e, portanto, limitar o uso da Internet diminui não só os riscos, mas também as oportunidades”. O desafio passa por equilibrar esta dicotomia risco-oportunidade, já que a tecnologia em si própria é neutra, e a atribuição de um peso negativo ou positivo depende apenas da utilização que se faça dela.

Líder na apropriação das novas tecnologias, a criança transforma-se em sujeito activo, na personagem principal do reino digital. E isso conduz a uma redefinição ou desvio dos papéis sociais e

profissionais. Pela primeira vez na história do Homem, a criança e o jovem adquirem poderes similares à autonomia do adulto, possibilitados pelo acesso a um mundo que, teoricamente, lhes aparece “sem segredos” (Barra, cit. por Monteiro, 2007), pois foi nele que nasceram e se movimentam.

Mas na realidade estaremos perante crianças e jovens com uma forma de pensar diferenciada, interesses divergentes dos escolares, possuidores de competências técnicas excepcionais e exclusivas dos chamados “nativos digitais” (Prensky, 2001), também designados “geração polegar”? Será legítimo afirmarmos que o fim do segundo milénio e a entrada no seguinte originaram uma nova geração de aprendentes, distinta das anteriores pela sua apetência quase “natural” e proficiente para a Internet e restantes tecnologias da informação e comunicação? Se aceitássemos uma resposta positiva a estas questões, não significaria também admitirmos que pelo facto de termos nascido em Portugal todos saberíamos falar e utilizar correctamente o português? Então, para quê efectuarmos a aprendizagem nesta língua?

É perigoso criarmos dicotomias geracionais. Elas transportam consigo visões binárias e redutoras da realidade, pouco adequadas à complexidade que caracteriza o ser humano. Estudarmos os aspectos que são comuns a um ou vários grupos é fulcral, mas não menos importante é percebermos as singularidades que existem dentro de cada grupo ou comunidade. Nas próximas páginas centraremos a nossa atenção na apresentação de alguns resultados obtidos num estudo de caso realizado numa escola do distrito do Porto, onde se tem procurado conhecer as percepções dos alunos sobre a Internet.

O caminho percorrido

Situado entre a zona transmontana e o litoral de Entre-Douro-e-Minho, surge-nos o concelho de Baião, o mais interior do distrito do Porto. Prolongando-se até às serras do Marão, Castelo e Aboboreira, são 174,5 Km² de superfície e vinte freguesias encaixadas na margem direita do rio Douro.

Para além dos sete estabelecimentos de ensino privados relativos ao pré-escolar que se inserem no concelho de Baião, a rede educativa pública engloba três agrupamentos verticais de escolas. Um deles é o Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil, local onde foi realizada a presente investigação, cabendo à E.B. 2,3/Secundária de Baião o papel de escola sede.

Criado em 1999, este Agrupamento reúne alunos de todos os níveis de ensino, sendo constituído por um Jardim de Infância, pelo Centro Escolar, onde funciona o primeiro ciclo do ensino básico e uma unidade especializada para alunos com autismo, por um Centro Novas Oportunidades e ainda pela Escola E.B. 2,3/Secundária de Baião, local onde está instalada a Biblioteca Escolar.

Como ponto de partida e problema central de toda a investigação procurou-se perceber quais as percepções dos alunos da comunidade educativa de Baião sobre as práticas, potencialidades, riscos e medos associados à utilização da Internet e que intervenção poderá ter a Biblioteca Escolar na promoção de um uso mais seguro desta tecnologia.

Para evitar os desvios do rumo traçado, delinear-se três objectivos:

- Identificar práticas de utilização e representações de riscos e oportunidades na Internet presentes entre os alunos do Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil;
- Compreender em que medida os resultados de algumas das pesquisas nacionais sobre a utilização da Internet são contextualizáveis neste Agrupamento, detectando semelhanças e diferenças com essas investigações;
- Apresentar orientações, sustentadas na literatura e na investigação realizada, que permitam desenvolver as literacias digitais e promover um uso mais seguro da Internet.

Tendo em conta a multiplicidade de níveis e de modalidades de ensino que o Agrupamento disponibiliza, reunindo um conjunto diversificado de alunos e formandos que vão desde o pré-escolar até à idade adulta, tornou-se necessário estabelecer alguns critérios que permitissem seleccionar os participantes neste estudo. Decidimos que a escolha privilegiaria a totalidade das turmas que estão a principiar o segundo e terceiro ciclos e três turmas do ensino regular Secundário.

O desenho da investigação utilizado permite enquadrá-lo nos estudos de caso, na medida em que se procura compreender os conhecimentos, práticas e comportamentos dos alunos relacionados e contextualizados no seu meio natural: o Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil.

Utilizando a classificação de Bruyne, citada por Pardal e Correia (1995), este estudo de caso pode ser visto como descritivo, já que focaliza-se na análise detalhada de um fenómeno, sem ter como objectivo a obtenção de generalizações. Contudo, a longo prazo, ele também pode ser considerado exploratório, pois pretende servir de base a um trabalho futuro e continuado no tempo e no espaço. Embora para o presente trabalho de investigação tenha sido efectuado apenas um momento de avaliação das percepções dos alunos sobre os perigos, vantagens e práticas de utilização da Internet, o projecto prevê continuidade no tempo, tornando-se então um estudo longitudinal. A escolha de algumas turmas no início dos ciclos de ensino possibilita o seguimento da sua evolução ao longo dos anos lectivos subsequentes, situação que foi salvaguardada com a inclusão desta actividade no Plano de Acção da Biblioteca Escolar para 2009/2013.

Um dos instrumentos de recolha de dados utilizado nesta investigação consistiu num questionário intitulado “A Internet e a Comunidade Educativa de Baião”¹ e teve como principal fonte de referência o instrumento utilizado no estudo de Ana Almeida (2008). O questionário elaborado por Jacinta Paiva (2003) e um outro apresentado no relatório final de apuramentos estatísticos “E-Generation 2008: os usos de media pelas crianças e jovens em Portugal” (Cardoso, Espanha, Lapa & Araújo, 2009) serviram também de suporte ao trabalho.

Estruturou-se o questionário em três secções: “Eu e a minha família...”, onde predominam questões para a caracterização dos participantes; “Eu e a Internet...”, essencialmente baseada na recolha das práticas ligadas à Internet e das percepções de controlo parental; e “Aquilo que eu penso...” com as atitudes, valores e medos associados pelos alunos às tecnologias da informação e da comunicação. Elaboraram-se as perguntas de forma a permitir a comparação dos dados entre os diferentes anos de escolaridade, aplicando-se um questionário comum aos três níveis de ensino. Privilegiaram-se as questões de natureza fechada, para facilitar a análise estatística das respostas, ou semi-abertas, permitindo ao aluno acrescentar outra informação quando considerasse que as opções disponibilizadas não correspondiam à sua situação. Por vezes, os alunos podiam assinalar respostas alternativas múltiplas, escolhendo mais do que uma opção.

A sua aplicação ocorreu nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2010, englobando 231 alunos, distribuídos por dez turmas e três níveis de ensino, correspondendo a cerca de 65% do total de alunos matriculados nos quintos, sétimos e décimos anos da Escola E.B. 2,3/Secundária de Baião e a aproximadamente 21% dos alunos do ensino regular diurno do Agrupamento em que se insere esta escola. No quadro 1 podemos verificar a distribuição deste questionário por nível de ensino, turma e ano de escolaridade.

Quadro 1 - Modo de distribuição do questionário “A Internet e a comunidade educativa de Baião”, por nível de ensino, turma e ano

Nível de ensino	Ano de escolaridade	Turmas inquiridas (frequência)	Alunos inscritos por ano de escolaridade (frequência)	Alunos inquiridos, por ano de escolaridade	
				Frequência	Percentagem
2º ciclo do Ensino Básico	5º	3	74	73	98,6
3º ciclo do Ensino Básico	7º	4	95	91	95,8
Secundário	10º	3	186	67	36
TOTAL	3	10	355	231	65,1%

Ao encontro das respostas

Aplicado o instrumento que nos permitiu recolher os dados tornou-se necessário organizar essa informação. As questões foram agrupadas em quatro categorias, representando áreas nucleares do projecto que se estava a desenvolver, cada uma delas dividida em subcategorias e com um conjunto de indicadores temáticos, conforme é visível no quadro 2.

Quadro 2 - Categorias, subcategorias e indicadores de análise do questionário “A Internet e a comunidade educativa de Baião”

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Caracterização sócio-demográfica	Alunos	Ano de escolaridade
		Género
		Idade
		Local de residência
	Agregado familiar	Constituição
		Situação profissional (pais e encarregado de educação)
		Nível de instrução (pais e encarregado de educação)
Práticas de utilização da Internet	Info-inclusão	Nível de conforto ou qualidade: espaços e equipamentos tecnológicos
		Posse de computador
		Posse de Internet
	Fontes de saber e comunicação	Caso comparativo: posse de telemóvel
		Intervenientes no processo de aprendizagem da Internet
	Ambiente mediático	Intervenientes no processo de comunicação
		Equipamento de acesso à Internet
		Local de acesso à Internet
	Utilização da Internet	Tempo de utilização da Internet
		Práticas e frequência de uso da Internet
Outros casos comparativos		
Ética, normas e percepções ligadas à Internet	Mediação parental	Apoio parental na utilização do computador
		Controlo parental
	Perigos da Internet	Condutas de risco online
		Conhecimento sobre regras de segurança
		Representações e medos ligados à Internet
Literacias digitais	Responsabilidades no mundo digital	Direitos de autor
	Fosso digital	Diferenças geracionais nas práticas
	Competências digitais	Facilidade/dificuldade no uso da Internet

Para o presente artigo seleccionamos apenas seis aspectos que, de certa forma, nos ajudam a conhecer as práticas e percepções ligadas à Internet.

** Info-inclusão*

Para percebermos em que medida a info-exclusão é um fenómeno que afecta os estudantes em início de ciclo neste Agrupamento de Escolas, escolheram-se indicadores que incidiram sobre a posse de computador e de Internet em casa, bem como a posse de telemóvel. No geral, verifica-se uma aproximação entre a percentagem de alunos que possui telemóvel (96%) e computador (97%).

Quanto à posse de computador, é pouco expressiva a diferença existente entre os três anos de escolaridade. O mesmo já não sucede no que respeita à Internet, assistindo-se a um aumento da sua utilização desde o 2º ciclo (82%) até ao Secundário (93%). No 10º ano, a posse de telemóvel aproxima-se da totalidade do universo (99%).

Em relação à ligação da Internet em casa, 12% mencionaram não a possuir, correspondendo a 29 alunos. São diversas as razões apontadas para a ausência de Internet em casa, mas destacam-se os motivos extrínsecos aos alunos, nomeadamente os pais não permitirem a existência de ligação à Internet (9 alunos), possuírem acesso à Internet noutra local (6 alunos) e não terem computador (5 alunos). A permissão dos pais parece afectar sobretudo os alunos dos níveis de ensino inferiores.

** Fontes de saber*

Questionados sobre a autonomia que a Internet proporciona enquanto fonte de saber, 66% dos alunos reconheceu que podiam aprender sozinhos alguns assuntos recorrendo apenas a esta tecnologia, sendo os alunos do início do Secundário (78%) aqueles que atribuem um papel mais preponderante à aprendizagem individual através da Internet.

Metade das crianças e jovens (51%) afirma terem realizado uma aprendizagem autodidacta na utilização da Internet. Este tipo de aprendizagem mostra um “forte carácter de experimentalismo individual, autónomo e de interactividade (com a máquina, com a técnica) de que se reveste a aquisição de competências nesta área” (Almeida, 2008: 68). Os amigos (31%), professores (30%) e irmãos (28%) seguem-se como fontes de aprendizagem. Em contrapartida, o papel dos pais é diminuto, sobretudo das mães (7%), aparecendo mesmo outros familiares, como tios e primos (13%), com uma relevância maior enquanto fontes de saber no uso da Internet. Esta informação aproxima-se dos resultados obtidos na investigação de Ana Almeida (2008) realçando as assimetrias regionais, já que a aprendizagem com os amigos e professores aparece com uma maior incidência no norte interior e a aprendizagem com os pais na Área Metropolitana de Lisboa.

Poderemos concluir que estaríamos perante a clivagem entre nativos e imigrantes digitais referida na literatura? Lembremos apenas que, neste Agrupamento, quase metade dos pais (44%) tem habilitações até ao 1º ciclo e só 11% concluiu o Secundário (6%) ou tem um Curso Superior (5%). “O papel técnico dos pais na aprendizagem do uso da Internet é tanto mais importante quanto mais qualificados eles são” (Almeida, 2008: 71).

Ainda em relação à aprendizagem no uso da Internet, por ano de escolaridade deparamo-nos com algumas variações: o auto-didactismo dá-se de forma especial entre os alunos do terceiro ciclo (50%) e Secundário (67%); os pais são uma fonte importante de saber sobretudo no Secundário (46%); os irmãos têm um papel dominante para os alunos mais novos (42% no 5º ano e apenas 10% no 10º ano); são também os mais jovens aqueles em que a aprendizagem com os pais reveste maior

importância, embora os progenitores mantenham um peso reduzido quando comparados com outros agentes.

Quando as crianças e jovens têm um problema com a Internet, o auxílio dos irmãos (30%) e amigos (26%) ou procurarem uma solução por si próprios (29%) são as formas mais utilizadas. O papel dos pais (cerca de 10%) e professores (8%) reveste-se de pouca importância.

** Capacidade de utilização da Internet*

Ao serem inquiridos sobre a sua capacidade para utilizarem a Internet, a quase totalidade dos alunos (99%) afirmou que o sabia fazer. Este valor indicia a tendência global de aumento do uso desta tecnologia, particularmente a nível das crianças e jovens, e que é apresentada por diversos estudos europeus e nacionais. O estudo coordenado por Almeida (2008) apresenta igual valor (99%) para as crianças e jovens, entre os 8 e os 17 anos, que já usaram alguma vez a Internet. O estudo de Espanha e Cardoso (2010), com uma amostra compreendida entre os 10 e os 15 anos, desce para 95% a percentagem desses utilizadores.

Esta realidade poderá ser justificada “pela apetência deste segmento da população relativamente à utilização deste serviço” (Almeida, 2008, p. 12) e pelos incentivos do Plano Tecnológico da Educação. É curioso notar que não se encontram variações significativas entre os três níveis de ensino.

A maioria dos alunos (54%) considera que a sua capacidade de utilização da Internet é razoável, sendo seguidos pelos alunos que afirmam ser muito boa (43%). Esta percepção da capacidade de utilização não apresenta grandes discrepâncias entre o 5º, 7º e 10º ano.

** Medos ligados à Internet*

Os últimos anos têm sido prolíferos em estudos científicos respeitantes aos riscos e potencialidades da Internet para as crianças e jovens. Diversos programas, como os Projectos Seguranet e MiudosSegurosNa.Net, privilegiam essa vertente da prevenção dos riscos, o mesmo sucedendo com os meios de comunicação social.

Tal como na investigação levada a cabo por Almeida (2008), considerou-se importante perceber que medos ligados à Internet estão presentes nos alunos que fazem parte do público da Biblioteca Escolar. A maioria dos inquiridos (66%) afirma nunca ter sentido medo de usar a Internet, embora mais de um terço (34%) reconheça já ter tido esse tipo de receio. A ligeira diferença de valores encontrada entre os anos de escolaridade verifica-se, sobretudo, a nível dos alunos de início de terceiro ciclo (37%), sendo os alunos do 10º ano os que menos medo têm em usar a Internet (31%).

A partir de uma listagem de alguns medos, questionaram-se os alunos sobre quais os que já haviam sentido. Tendo em conta o tipo de riscos que podem ser associados aos receios manifestados pelos alunos, classificou-se esses medos em função dos riscos técnicos ou problemas informáticos que podem provocar; dos riscos sociais com impacto nas interações e na privacidade dos inquiridos; dos riscos pessoais afectando a integridade física do aluno (ser contactado por algum pedófilo), o seu comportamento (ficar viciado/dependente da Internet) ou a nível emocional (pelo acesso a conteúdos considerados assustadores ou lesivos) e ainda de outros riscos desconhecidos (não sabe explicar porquê).

Mais de metade dos alunos, salientaram os riscos técnicos, sobretudo a ameaça de receber vírus no computador (56%) e estragar o computador (52%), bem como os riscos sociais, com destaque para o medo de alguém espalhar mentiras (54%). Entre os riscos pessoais, o perigo de ser

enganado (43%) e receber mensagens maldosas ou ameaçadoras (41%) foram os mais assinalados. O medo associado à insegurança de utilização da Internet é pouco mencionado (2%).

Encontraram-se algumas diferenças significativas ao efectuar-se o paralelismo entre os três anos de escolaridade: os riscos técnicos (estragar o computador e receber vírus) afectam sobretudo os alunos do 5º ano, diminuindo esses medos à medida que aumenta o nível de escolaridade e a experiência de utilização da Internet; os alunos do 3º ciclo acrescentam aos riscos técnicos (receber vírus) os medos que provocam riscos sociais (espalhar mentiras e roubo e má utilização das informações ou fotos); são também estes riscos sociais, ligados à privacidade, que fazem parte das principais preocupações dos alunos do Secundário. O medo de aceder a conteúdos considerados assustadores é sentido predominantemente entre os mais novos. O quadro 3 apresenta a classificação dos riscos associados aos medos na utilização da Internet, por ano de escolaridade.

Quadro 3 - Classificação dos riscos associados aos medos na utilização da Internet, por ano de escolaridade (%),

Tipo de risco	Indicador	5º ano	7º ano	10º ano
Riscos técnicos	Estragar o computador	72	50	33
	Receber virus no computador	60	59	48
	Não saber usar a Internet	0	6	0
Riscos sociais	Alguém espalhar mentiras	40	59	62
	Que roubem as informações/fotos e as usem mal	32	56	62
Riscos pessoais	Ficar viciado/dependente da Internet	36	24	24
	Receber mensagens maldosas ou ameaçadoras	44	50	29
	Ser enganado	44	47	38
	Ver páginas que assustem	40	26	14
	Ser contactado por algum pedófilo	28	50	24
Outros riscos	Não sabe explicar porquê	8	18	10

Ao ser perguntado se os pais considerariam perigoso a utilização da Internet, mais de metade (55%) referiu que isso não acontecia. A apreciação das respostas por ano de escolaridade permite-nos encontrar um hiato considerável desde o 2º ciclo ao Secundário: no 10º ano, 28% dos alunos afirmam que os pais acham perigoso o uso da Internet, enquanto no 5º ano esse valor dispara para 56%. O controlo parental e a existência de restrições no uso da Internet, em especial para os mais novos, poderão ser as razões justificativas para este facto.

* *Controlo parental*

O conhecimento das percepções dos alunos no que concerne à consciencialização parental sobre a utilização da Internet e a forma de controlo que consideram existir em relação a este media foi também objecto de questionamento. A pergunta sobre a autonomia que a Internet proporciona em relação aos pais foi respondida de forma afirmativa por menos de ¼ dos alunos (23%), valor ligeiramente inferior aos cerca de 30% referidos por Almeida (2008, p. 159). Conforme se pode verificar na figura 1, a análise por ano de escolaridade permite-nos perceber que são os alunos do 5º

ano aqueles que vêm na Internet uma possibilidade de liberdade e independência face aos progenitores.

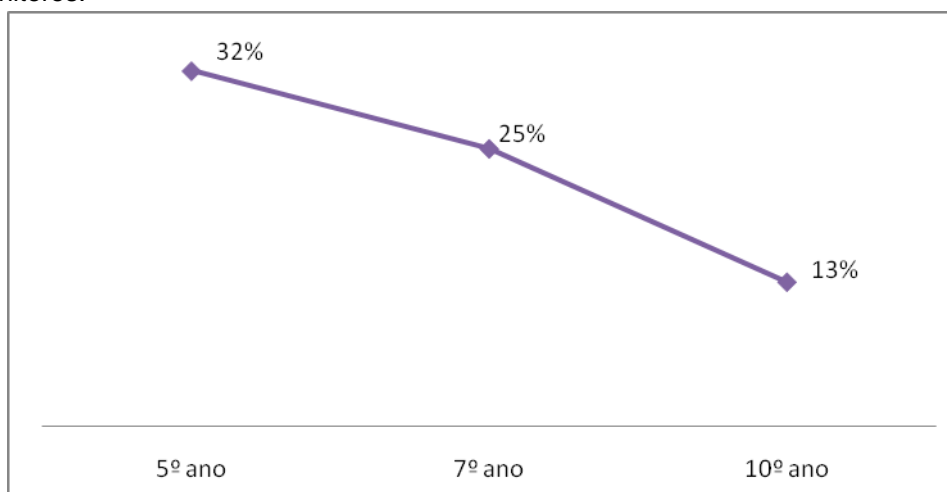


Figura 3- Com a Internet fico mais livre e menos dependente dos meus pais, por ano de escolaridade

O tempo de utilização da Internet, os conteúdos visitados, o comércio electrónico, a privacidade e os agentes de comunicação são os principais factores que os alunos percebem como sendo valorizados nas regras familiares (figura 2).

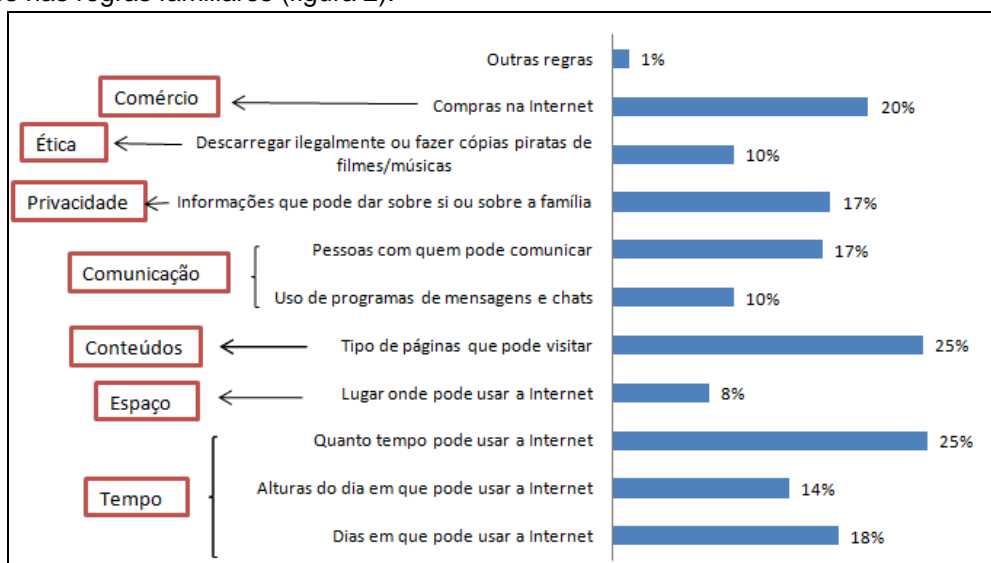


Figura 4 - Classificação das regras familiares sobre a Internet

Como já referimos, são sobretudo os alunos mais novos os que declaram a existência de regras em casa. A figura 3 dá-nos conta destas diferenças por ano de escolaridade.

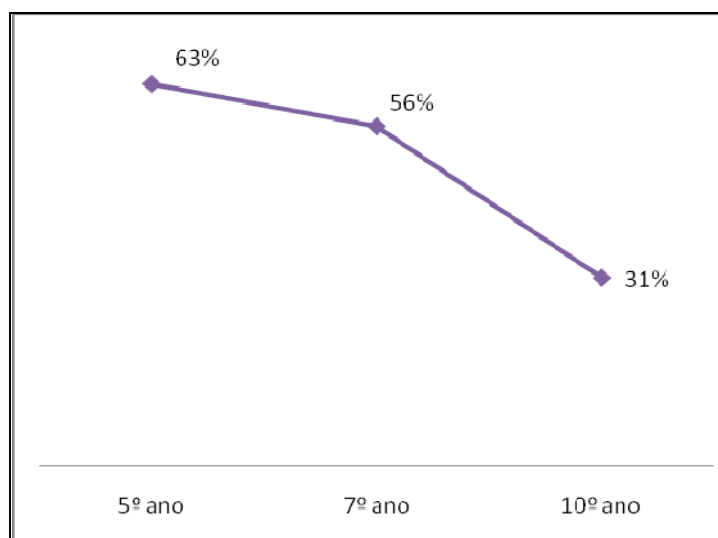


Figura 5 - Regras em casa sobre a Internet

** Direitos de autor*

A Web 2.0 trouxe consigo um conjunto de ferramentas e potencialidades que transformam o utilizador em produtor ou editor de informação. A criação de redes sociais, comunidades virtuais ou simples aplicações e serviços tornou possível armazenar, descarregar e partilhar com pessoas de interesses comuns, de forma fácil e gratuita, diversos ficheiros e conteúdos multimédia. Desta forma, surge um cenário de grande riqueza e diversidade no acesso a essas novas fontes de saber ou de lazer, mas simultaneamente gerador de algumas questões éticas e riscos jurídicos. É o caso dos direitos de autor ou da propriedade intelectual ou artística, para os quais nem sempre os utilizadores da rede se encontram alertados. Os bens intangíveis, como música ou literatura, são muitas vezes objecto de cópia ou plágio sem se ter em conta os direitos de propriedade dos seus criadores. Filmes, software, jogos, imagens, palavras e sons são frequentemente “pirateados” sem haver uma reflexão sobre os princípios de conduta que estão por detrás destas acções.

Partindo-se destas ideias e da existência de uma estreita ligação entre os jovens e a música, questionaram-se os participantes sobre a sua opinião acerca de algumas práticas existentes na realidade física e virtual. A maioria dos alunos (62%) inclinou-se para considerar a venda de músicas e CDs piratas como sendo uma atitude errada. O número decresce ao estarem perante uma conduta de “oportunidade”, pois pouco mais de metade dos inquiridos (53%) afirma ser incorrecto a compra de música pirateada.

Há algum paralelismo entre o que é considerado errado quando se pensa na cópia de “música em átomos” (26%) ou se procede à troca de “música em bits” (23%), embora essa noção seja ligeiramente mais perceptível quando as acções ocorrem no mundo real. De qualquer modo, não nos podemos esquecer que a Internet possibilita o acesso a música gratuita, ou a preços reduzidos, permanecendo-se dentro da legalidade. Quase um quarto dos inquiridos (23%) não viu questões éticas ou legais nas afirmações apresentadas.

A popularidade das músicas, a vulgarização dos CDs e Mp3, a facilidade na obtenção de cópias iguais aos originais de forma gratuita ou a um preço inferior ao praticado no mercado, a “cultura do download” são algumas das razões que podem ser apontadas para não se ter em conta a

dimensão moral e patrimonial que se encontra quando ocorre a violação dos direitos autorais. E a partilha de música não poderá ser considerada empréstimo?

A análise das respostas por ano de escolaridade mostra disparidades em relação a estas questões ético-legais. A diferença é menos notória no que respeita à venda de músicas ou CDs piratas, apresentando uma tendência inversa ao que sucede nas outras situações apresentadas. Nos restantes casos, verifica-se um decréscimo da valorização do negativismo dessas práticas. Destaca-se a partilha de música, onde apenas 10% dos alunos do 10º ano considera indevida essa experiência. O quadro 4 e a figura 4 dão-nos conta destas divergências por ano de escolaridade relativamente ao que é considerado errado em relação à música.

Quadro 4 - O que consideras errado em relação à música, por ano de escolaridade (%)

	5º ano	7º ano	10º ano
Vender músicas/CDs piratas	60	63	64
Comprar músicas/CDs piratas	60	52	46
Fazer cópias de CDs de música	36	23	19
Trocar músicas através da Internet	36	23	10
Nenhuma das frases anteriores	15	23	31

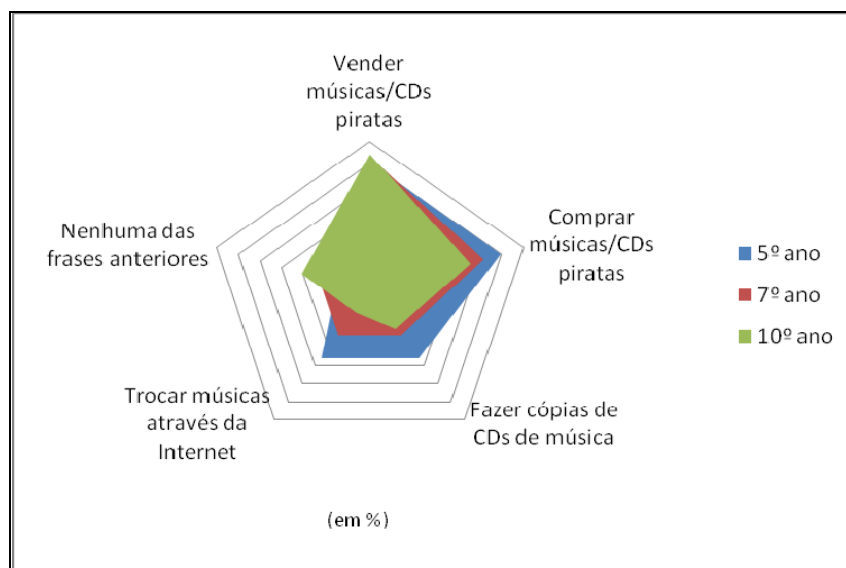


Figura 6 - O que consideras errado em relação à música, por ano de escolaridade (%)

Um olhar para o futuro

Ao estudarmos a Internet e a aplicabilidade que pode ser dada a este *media* nas nossas Escolas, é importante desmitificarmos receios e dúvidas, pormos de lado os preconceitos e analisá-la de forma objectiva e abrangente, sem nos restringirmos a uma visão parcelar dos problemas. E não terá a Biblioteca Escolar uma palavra a dizer na análise deste fenómeno? Consideramos que sim.

É a própria legislação que também nos remete neste sentido. Senão vejamos. A Portaria nº 756/2009, no seu artigo 3º, salienta o apoio às actividades curriculares e o fomento da literacia da informação e das competências digitais como sendo algumas das competências do professor bibliotecário. As directrizes da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Escolares alertam que “iniciar e

aplicar programas de desenvolvimento das competências de literacia da informação é, assim uma das tarefas mais importantes da biblioteca” (2002: 18). O modelo de avaliação das bibliotecas escolares inclui a “promoção das literacias da informação, tecnológica e digital” (Rede Bibliotecas Escolares, 2010) como sendo um subdomínio do apoio ao desenvolvimento curricular. As metas de aprendizagem na área das TIC partem do pressuposto que elas são necessárias ao longo de toda a escolaridade, funcionando como “uma área de formação transversal” (Costa, 2010: 935).

Então, que intervenção poderá ter a Biblioteca Escolar na promoção de um uso mais seguro da Internet? A sua acção poderá passar por definir e caracterizar a realidade contextual em que os seus alunos se situam, diagnosticando eventuais problemas e dificuldades no campo das literacias digitais, estabelecendo abordagens úteis para potenciar as vantagens e combater as ameaças da Internet.

Chegados a este ponto, outras questões se levantam: o que fazer com estes dados? Que utilidade poderá a biblioteca escolar retirar da informação recolhida? Numa sociedade inundada pela abundância e desarrumação da informação, onde a Internet abre portas à construção de novos contextos para o saber, será possível à Escola educar para as literacias digitais? Se incorporarmos estas temáticas nos documentos orientadores da Escola não estaremos a promover e integrar de forma efectiva os vários “aprendentes” na Sociedade da Informação e a incentivar-se os seus profissionais para uma *praxis* geradora de projectos que promovam a segurança na utilização da Internet?

O quadro 5 é um exemplo dessa possibilidade de inclusão das literacias digitais no Plano de Acção da Biblioteca Escolar.

Quadro 5 – Excerto do Plano de Acção da Biblioteca do Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil para 2009/2013

Áreas de Intervenção da Biblioteca		Enquadramento nas metas do Projecto Educativo do Agrupamento	Acções a desenvolver	Calendarização			
Domínio	Subdomínio			2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
A. Apoio ao desenvolvimento curricular	A.2. Promoção das Literacias da Informação, Tecnológica e Digital	A. Valorização da escola; B. Prevenção do risco de insucesso; C. Ligação da Escola à comunidade	Projecto de investigação no âmbito das literacias digitais e das potencialidades/riscos associados ao uso da Internet: • Diagnóstico; • Formação nas literacias digitais (Segurança na Internet); • Evolução das literacias	X X	X	X X	X X

Diagnosticar e só depois escolher o modo de intervir no fomento das literacias digitais é a nossa proposta. É fulcral percebermos como é que os “nossos” alunos se posicionam, por exemplo, face a questões éticas como os direitos de autor ou o *modus operandi* num motor de busca, ao depararem-se com um *site* que tem texto e imagem e parece conter tudo o que necessitam para realizarem um trabalho escolar². Se verificamos que o A., no 3º ano, faria “o texto e a imagem guardava numa pasta e depois metia no texto”, mas considera que “é um bocado perigoso”, não será preciso desmitificar os perigos e incentivar o uso desta tecnologia? Ou no caso da B, do 7º ano, que já sabe que “seria um pouco arriscado passar todo o texto que encontrava no primeiro site”, porque é para um trabalho e, por isso, “copiaria as imagens, mas não copiaria o texto todo; faria um resumo e se houvesse partes que valesse a pena copiar, faria, mas punha entre aspas”, a nossa acção não

deverá passar pelo desenvolvimento de competências ligadas à compreensão de que os direitos de autor abrangem as criações intelectuais do domínio literário e científico e também artístico?

Mais do que respostas, são estas breves reflexões que queremos partilhar. Porque, afinal, o que poderá fazer a Biblioteca Escolar em relação à Internet: prevenir contra o Lobo Mau ou despertar uma Bela Adormecida?

Referências bibliográficas

- Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil (2008). Projecto Educativo 2008/2011. Recuperado em 2009, Agosto 10, de <http://www.agrupamento-vale-ovil.edu.pt/eduardo/pe.pdf>.
- Almeida, A. N. (Coord.). (2008). Crianças e Internet: usos e representações, a família e a escola. Relatório do Inquérito. Recuperado em 2009, Setembro 1, de http://www.crinternet.ics.ul.pt/icscriancas/content/documents/relat_cr_int.pdf.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação. 5ª ed. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Câmara Municipal de Baião (2006). Carta Educativa do Concelho de Baião. Baião: Autor.
- Candeias, C. S. P (2008). Crianças e Internet: na balança dos riscos e oportunidades. Tese de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Recuperado em 2010, Agosto 20, de <http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/TeseCatiaCandeias.pdf>.
- Cardoso, G., Espanha, R., Lapa, T., & Araújo, V. (2009). E-Generation 2008: Os Usos de Media pelas Crianças e Jovens em Portugal. Lisboa: Obercom. Recuperado em 2010, Março 3, de <http://www.obercom.pt/client/?newsId=29&fileName=rr8.pdf>.
- Cardoso, G., & Espanha, R. (Coord.). (2010). Nativos Digitais portugueses: Idade, experiência e esferas de utilização das TIC. Lisboa: Obercom. Recuperado em 2010, Novembro 5, de http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_julho_2010.pdf.
- Costa, F. A (2010). Metas de Aprendizagem na área das TIC: Aprender com Tecnologias. I Encontro Internacional TIC e Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Educação. Recuperado em 2010, Março 3, de <http://aprendercom.org/miragens/wp-content/uploads/2010/11/398.pdf>.
- Gates, B. (1995). Rumo ao Futuro. Alfragide: McGraw Hill.
- International Federation of Library Associations (2002). Directrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares. Recuperado em 2009, Outubro 23, de <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt.pdf>.
- Monteiro, A. F. C. (2007). A Internet na vida das crianças: como lidar com perigos e oportunidades. Comunicação apresentada na V Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação. Recuperado em 2010, Outubro 9, de <http://www.nonio.uminho.pt/documentos/actas/actchal2007/052.pdf>.
- Paiva, J. (2003). As Tecnologias de Informação e Comunicação: utilização pelos alunos. Lisboa: Ministério da Educação. Recuperado em 2009, Setembro 1, de <http://nautilus.fis.uc.pt/cec/estudo/dados/jpaiva-estudo-alunos.pdf>.
- Pardal, L., & Correia, E. (1995). Métodos e Técnicas de Investigação Social. Porto: Areal Editores.
- Ponte, C., & Vieira, N. (2007). Crianças e Internet, Riscos e Oportunidades: Um desafio para a agenda de pesquisa nacional. Conferência apresentada no V Congresso da SOPCOM. Recuperado em 2010, Outubro 9, de http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/EU_Kids_OnlineVersao170707.pdf.
- Portaria nº 756/2009, de 14 de Julho.
- Prensky, M. (2001). Digital Natives, Digital Immigrants. On the Horizon, 9(5). Recuperado em 2010, Março 3, de <http://www.marcprensky.com/writing/prensky%20-%20digital%20natives,%20digital%20immigrants%20-%20part1.pdf>.
- Rede de Bibliotecas Escolares (2010). Modelo de avaliação da biblioteca escolar. Lisboa: Autor. Recuperado em 2011, Fevereiro, 27, de <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/745/mabe.pdf>.

Resolução do Conselho de Ministros nº 16/96, de 21 de Março de 1996.

Roberts, J. M.(2007). História do Século XX: Vol. 2. Lisboa: Presença.

Sousa, A. (2009). Investigação em Educação. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

¹ Para além deste questionário foi também utilizado um segundo instrumento de recolha de dados. Com base na proposta "Alertas – O que farias?" para o Dia Europeu da Internet Segura, divulgada no sítio electrónico da SeguraNet (<http://www.seguranet.pt/alertas>), aplicou-se um outro inquérito na segunda semana de Fevereiro de 2010. Para o efeito, aproveitou-se uma actividade dinamizada pela Biblioteca Escolar para comemorar esta efeméride, pedindo-se uma reflexão crítica sobre seis situações ligadas às novas tecnologias, com particular incidência no uso da Internet. Em forma de questionário, com uma única pergunta aberta, abarcou 169 alunos, distribuídos por oito turmas de quatro níveis de ensino distintos, o que corresponde a uma média de 40% dos alunos matriculados no terceiro, quinto, sétimo e décimo anos de escolaridade e a 15,1% dos alunos inscritos no ensino regular diurno do Agrupamento. Com este segundo instrumento de recolha de dados pretendia-se obter um diagnóstico dos modos de actuação dos alunos quando confrontados com situações de risco. Privilegiou-se novamente a aplicação directa, em contexto de sala de aula, e a articulação com professores das turmas escolhidas.

² Uma das questões colocadas aos alunos sobre situações de risco na Internet, disponibilizadas pelo projecto Segura Net na actividade "Alertas" proposta para a comemoração do dia Europeu da Internet Segura no ano lectivo de 2009/2010, apresentava a seguinte situação-problema: "O João tem de escrever um texto sobre a história da Europa. Ele escreve 'Europa' e 'história' no motor de busca. O primeiro site parece conter tudo o que ele precisa: texto e imagens.

